"Raewyn Connell se estabeleceu entre os melhores pensadores dos estudos de gênero. Seu trabalho sobre masculinidades tem estado no centro do debate acadêmico e do debate público das últimas duas décadas. A combinação feita por Connell entre pesquisa empírica e teoria, assim como sua posição privilegiada na observação de questões globais, é única entre os acadêmicos."

Steven Seidman
professor na Universidade do Estado de Nova York em Albany, EUA

"[Connell é] uma das mais conhecidas e conceituadas sociólogas do gênero na atualidade."

Ana Maria Brandão
professora do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Portugal

"A obra de Connell tem sido marcada pelo esforço de síntese e de escrever com clareza e vitalidade sem perder a complexidade das ideias, o que permite ao leitor e à leitora uma compreensão sem simplificações."

Marília Pinto de Carvalho
professora livre-docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP)

GÊNERO
EM TERMOS REAIS

RAEWYN CONNELL

Tradução
Marília Moschkovich

nVersos

parte I

DINÂMICAS DO GÊNERO

1

A COLONIALIDADE DO GÊNERO

O imperialismo global não deixou nenhuma cultura intacta, nem mesmo a própria cultura imperialista. O encontro colonial, que hoje continua na reunião de comunidades contemporâneas com o poder globalizado, é em si uma fonte massiva de dinâmicas sociais – incluindo a inovação intelectual. Esse território é explorado em um número considerável de obras, que fornecem as bases para que investiguemos esses problemas: as teorias do Sul (Connell, 2007[a]; Meekosha, 2011), tradições alternativas em ciências sociais (Alatas, 2006; Patel, 2010), sociologia pós-colonial (Bhambra, 2007; Reuter e Villa, 2010), conhecimento local (Odora Hoppers, 2002), psicologia da libertação (Montero, 2007), pensamento descolonial (Quijano, 2000; Mignolo, 2007), entre outros. Como María Lugones (2007, 2010) recentemente apontou, o sistema de gênero moderno é intimamente ligado ao que Quijano chamou de "colonialidade do poder". É necessária uma reformulação nas maneiras de pensar as formas e fontes das análises de gênero.

ANÁLISES DE GÊNERO DO NORTE E A DIMENSÃO GLOBAL

Nos últimos vinte anos tornou-se normal nos estudos de gênero anglófonos o reconhecimento de questões globais. O número de artigos indexados no sistema ISI Web

of Knowledge, que têm em seus títulos, ou resumos, uma combinação do termo "globalização" [*globalization*] com o termo "gênero" [*gender*] multiplicou-se por dez entre o início dos anos 1990 e o início dos anos 2000. Coletâneas de estudos etnográficos, históricos ou temáticos de diferentes partes da periferia como *Women's Activism and Globalization* (O ativismo das mulheres e a globalização) (Naples e Desai, 2002) e *Global Gender Research* (Pesquisa global sobre gênero) (Bose e Kim, 2009) tornaram-se um segmento editorial, assim como resultados de questionários [*survey*] globais sobre o conhecimento, como *Sexuality, Health and Human Rights* (Sexualidade, Saúde e Direitos Humanos) (Corrêa, Petchesky e Parker, 2008). Pensadores/as influentes da metrópole agora tentam formular suas análises conceituais em escala mundial. Exemplos notáveis são o argumento de Esther Ngan-ling Chows (2003) sobre o caráter generificado da globalização; a sociologia dos processos de gênero no capitalismo global, de Joan Acker (2004); a incorporação que Spike Peterson (2003) fez do gênero na economia política global; as análises globais sobre gênero e justiça social na educação, realizadas por Elaine Unterhalter (2007); as formulações recentes de Sandra Harding (2008) sobre epistemologia feminista; e as análises de Cynthia Cockburn (2010) sobre as relações de gênero, a militarização e a guerra.

Esse tipo de pensamento acadêmico sobre o gênero global ilumina e é produtivo, mas contém um problema em sua base. Acker (2004:17) menciona o "pensamento majoritariamente ocidental sobre gênero e globalização", e está certa. Essa tradição segue apoiando-se no mundo conceitual de Marx, Foucault, Beauvoir e Butler mesmo quando discorre sobre sexualidade na Índia, violência na África ou fábricas no México. Algumas pensadoras feministas oriundas do mundo da maioria [*majority world*] são bem conhecidas na

metrópole, como a egípcia Nawal el Saadawi (1997). Elas são respeitadas como vozes ativistas do Sul Global. Porém, quase nunca são tratadas como *teóricas* significativas.

Se olharmos para a história das pesquisas sobre gênero, fica claro que os dados adquiridos pelas conquistas coloniais e pela dependência pós-colonial da Europa têm sido muito importantes para esses teóricos e teóricas da metrópole. O famoso ensaio *Under Western Eyes* (Sob olhos ocidentais), de Chandra Talpade Mohanty (1991) revelou o olhar colonial que construiu uma falsa imagem da "mulher do terceiro mundo". Mas mesmo esse trabalho subestimou a importância do conhecimento da periferia. O mundo colonizado forneceu matéria-prima para os debates feministas na metrópole sobre a origem da família, o matriarcado, a divisão do trabalho segundo o gênero, o complexo de Édipo, os tipos de terceiro gênero, a violência masculina [*male*] e a guerra, o casamento e o parentesco, o simbolismo de gênero – e agora, claro, sobre a globalização. Textos centrais como *Psychoanalysis and Feminism* (Psicanálise e feminismo: Freud, Reich, Laing e Mulheres*) de Juliet Mitchell (1974) seriam inconcebíveis sem o conhecimento colonial sobre o qual Engels, Freud, Lévi-Strauss e outras figuras importantes da metrópole construíram suas teorias.

As análises de gênero, então, precisam ser compreendidas como parte de uma economia política global do conhecimento. A mais afiada análise sobre a produção e circulação do conhecimento em escala mundial foi feita pelo filósofo africano-ocidental Paulin Hountondji (1997). A divisão global do trabalho científico posiciona o momento da teoria na metrópole, enquanto a periferia global exporta dados e importa ciências aplicadas. Uma circulação dos trabalhadores do conhecimento acompanha esses fluxos internacionais de dados, conceitos e técnicas.

Uma das partes mais interessantes da análise de Hountondji é sua perspectiva sobre a atitude dos trabalhadores do conhecimento na periferia global, que ele chama de "extraversão" – ou seja, a orientação para fontes externas de autoridade intelectual. Isso se realiza em práticas como: citar apenas teóricos e teóricas da metrópole, ir à metrópole para obter formação, publicar em periódicos da metrópole, participar de "colegiados invisíveis" centrados na metrópole e agir como informantes nativos para cientistas da metrópole que se interessem pela periferia.

A extraversão, nesse sentido, é largamente difundida nos estudos de gênero, tanto nas universidades quanto em associações profissionais e agências estatais da periferia global. Textos que vêm da metrópole sobre gênero são traduzidos e lidos aqui, e tratados como autoridades que constituem a disciplina. Pesquisadoras feministas da periferia viajam até a metrópole para obter qualificação e reconhecimento. Arcabouços teóricos inteiros, terrenos de debate e problemáticas são importados.

Parece injusto citar exemplos particulares quando há tantos, mas preciso mencionar alguns. O excelente livro *A Mulher na Sociedade de Classes**, de Heleieth Saffioti (1969), foi uma conquista engrandecedora, embora moldada no marxismo estruturalista de Paris. Os teóricos e teóricas com quem Saffioti dialogou eram exclusivamente do Norte: Freud, Deutsch, Horney, Mead, e Friedan. Numa coletânea recente de seus escritos, Marta Lamas (2011), uma das figuras centrais do feminismo mexicano, incluiu um capítulo sobre o "Gênero: alguns esclarecimentos conceituais e teóricos" (*Gender: some conceptual and theoretical clarifications*), em que debate o tema a partir de escritos antropológicos do Norte Global; Butler e Scott; e Bourdieu. Em "*Problems for a contemporary theory of gender*" (Problemas para uma teoria contemporânea do gênero), Susie Tharu e Tejaswini Niranjana

(1996) definem problemas da política feminista indiana aplicando ali o feminismo pós-moderno da metrópole. O vivaz *Made in India* (Feito na Índia), de Suparna Bhaskaran (2004), ao tratar da diversidade sexual, usa a teoria *queer* dos EUA. Não me excluo dessa lista! Embora eu tenha incluído muitos exemplos australianos em *Gender and Power* (Gênero e poder) (Connell, 1987), ele poderia ter sido escrito em Londres; suas principais fontes intelectuais são alemãs, francesas, britânicas e norte-americanas.

Mas há sempre alguma tensão entre as perspectivas intelectuais criadas nos centros imperiais e as realidades da sociedade e da cultura no mundo colonizado e pós-colonial. Elas são vividas mais como um desconforto do que como um problema teórico central. Nelly Richard (2004), por exemplo, ao importar o pensamento pós-moderno francês para o feminismo no Chile, aponta que essas ideias precisariam ser "retrabalhadas" na periferia. Do meu ponto de vista, isso constitui de fato um problema teórico central, e esse "retrabalho" precisa incluir uma crítica e uma transformação dos próprios arcabouços teóricos vindos da metrópole. Os debates sobre o pensamento descolonial e o conhecimento local [*indigenous*], embora raramente deem conta das questões do gênero, são vitais para as análises de gênero. Precisamos pensar por meio de questões sobre a descolonização do método (Smith, 1999), uma vez que elas aparecem nos estudos de gênero.

RUMO A UM ENQUADRAMENTO DO SUL PARA AS ANÁLISES DE GÊNERO

Para realizar essa mudança, precisamos melhorar a forma como as análises de gênero têm sido feitas. Boa parte da pesquisa sobre gênero se baseia numa abordagem fundamentalmente estática e categórica. Segundo essa abordagem, o

gênero envolve duas categorias, masculino [*male*] e feminino [*female*], e falar em gênero é falar sobre a diferença entre essas categorias. Praticamente todas as pesquisas quantitativa sobre gênero, incluindo aquelas ligadas a políticas públicas, partem dessa abordagem. A pesquisa biomédica em geral vê o gênero como uma questão de diferença reprodutiva biológica, embora isso hoje seja contestado pela sociologia da saúde (Kuhlmann e Annandale, 2010). Esse "categorialismo" também existe nas ciências sociais na forma da teoria dos papéis sexuais, em que duas categorias distintas são estudadas em termos de normas sociais.

De maneira similar é preciso, ao pensarmos sobre os significados políticos das análises de gênero, que ultrapassemos concepções unitárias sobre o sujeito do feminismo [*feminist subject*]. Julieta Kirkwood (1986) oferece uma perspectiva clara sobre isso em seu livro *Ser Política en Chile* (Ser política no Chile). Uma vez que esse sujeito já está assim estabelecido, no entanto, tem sido extremamente importante reconhecer a diversidade de vozes e experiências internas à presença política das mulheres. Esse tem sido o assunto de muitas lutas nas últimas três décadas, e a prática da maior parte dos movimentos feministas no mundo tem evoluído em direção à pluralidade e à inclusão. Outra diversificação dos estudos de gênero contribuiu para essa mudança: o crescimento das pesquisas sobre homens e masculinidades, hoje um campo de pesquisas e políticas públicas em franco desenvolvimento em todo o mundo, no qual o Sul – incluindo o Chile, a Austrália e a África do Sul – tem sido bastante ativo (ver Olavarría, 2009).

Se as perspectivas metropolitanas precisam ser desafiadas no diálogo global em que configura o futuro das ciências sociais, precisamos ter alguma ideia das questões e perspectivas que transformarão as análises de gênero. Algumas delas já começam a se mostrar.

A primeira é a questão debatida por Kirkwood: a voz na política do gênero. A narrativa que a autora faz sobre a voz política das mulheres no Chile do século XX deixa claro que o estabelecimento de uma presença política, com seus fluxos, estava intimamente ligado a características de uma cultura política pós-colonial, e às maneiras como a formação socioeconômica chilena se articulava com a ordem política e econômica no mundo. Estabelecer uma voz é também uma preocupação central da política feminista no mundo árabe, de acordo com Nawal el Saadawi (1997). Esse tem sido o epicentro de uma longa e turbulenta luta, dada numa escala gigantesca e com muitos reveses, na Indonésia (Robinson, 2009).

Essas lutas têm sido necessárias porque nem uma revolução de classe e nem o fim da colonização encerram as injustiças de gênero. O que as teorias do gênero ainda não compreenderam bem é que as dinâmicas de gênero tomam formas específicas em contextos coloniais e pós-coloniais, pois, como aponta Lugones (2007), estão entrelaçadas às dinâmicas de colonização e a globalização. Não devemos jamais esquecer que a vasta maioria da população mundial vive em sociedades com histórias coloniais, neocoloniais e pós-coloniais, sendo por elas profundamente moldadas. A metrópole global é uma exceção, e não a norma.

O segundo ponto deriva diretamente desse primeiro. A violência generificada teve um papel formador na configuração das sociedades coloniais e pós-coloniais. A colonização, em si, era um ato generificado, levado a cabo por uma força de trabalho imperial majoritariamente composta de homens retirados de ocupações masculinizadas, como o serviço militar ou o comércio de longas distâncias. O estupro das mulheres em sociedades colonizadas era uma parte normal da conquista. A brutalidade era parte constituinte das sociedades coloniais, tenham sido elas colônias de povoamento ou colônias

de exploração. A reestruturação das ordens de gênero nas sociedades colonizadas também era parte comum da elaboração de economias coloniais, a incorporação de homens na economia imperial como trabalhadores escravizados, semiescravos [*indentured*[9]] ou migrantes em fazendas e minas. Adicione-se a isso a incorporação das mulheres como trabalhadoras domésticas, da agricultura ou fabris, e em pouco tempo também como donas de casa e consumidoras (Mies, 1986) – e poderemos ter uma noção da escala das consequências do poder colonial, na história mundial das relações de gênero.

Isso não aconteceu casual ou mecanicamente. Foi preciso um esforço cultural e organizacional da parte dos colonizadores, e respostas ativas da parte dos colonizados. Quanto a isso me parece que Lugones (2007) se engana ao ver os arranjos de gênero como "impostos" aos colonizados. As respostas ativas das mulheres em regiões colonizadas são hoje reconhecidas na historiografia feminista. Já as respostas ativas dos homens são menos reconhecidas nas análises de gênero.

Essa questão é explorada por Ashis Nandy (1983), cujo livro *The Intimate Enemy: Loss and Recovery of Self under Colonialism* (Inimigo íntimo: perda e recuperação de si sob o colonialismo) é raramente citado na literatura sobre gênero. Trata-se, porém, de um estudo clássico sobre a construção da masculinidade. Nandy retoma a maneira como a pressão da conquista britânica e o

9 O termo original em inglês diz respeito a processos de negociação de trabalho semelhantes aos ocorridos no Brasil quando da imigração europeia massiva ao final do século XIX e início do século XX: os trabalhadores possuíam um contrato de trabalho e remuneração (não sendo, portanto escravos), mas os termos desse contrato estabeleciam uma dívida inicial com os patrões (para pagar despesas como passagens de navio, cuidados médicos, alimentação, entre outras), que na maior parte das vezes limitava sua liberdade de trabalho e de vida durante um longo período. (N. T.)

regime colonial reconfiguraram a cultura indiana, incluindo sua ordem de gênero. A resposta a essa pressão ativou elementos específicos da tradição indiana, sobrevalorizando a casta *kshatriya* (ou a categoria dos guerreiros) para justificar essencialmente novos padrões de masculinidade num processo modernizador. Igualmente importante, Nandy mostra como o encontro colonial reconfigurou também modelos de masculinidade entre os colonizadores. Conforme o regime foi passando para uma estrutura governamental permanente durante o século XIX, uma cultura de distinção emergiu, exagerando hierarquias de gênero e de idade. Isso produziu uma masculinidade simplificada, orientada à dominação e frequentemente violenta como padrão hegemônico, que desprezava a fraqueza, suspeitava da emotividade e se preocupava em definir e policiar fronteiras sociais rígidas.

Mais recentemente, a produção de masculinidades e a negociação das relações de gênero em transições coloniais e pós-coloniais têm sido tema de pesquisas intensas no sul da África (Morrell, 2001; Epstein et al., 2004). Sob o risco de simplificar uma complexa área do conhecimento, eu diria que essas pesquisas vão longe para estabelecer duas importantes conclusões. A primeira é enorme diversidade de masculinidades que se encontram em construção, ao mesmo tempo, num mesmo território nacional. A realidade pós-colonial do gênero não pode ser capturada por modelos generalizados de um ser homem [*manhood*] "moderno" *versus* "tradicional". A segunda é o quão intimamente estão ligadas a produção das masculinidades e as vastas e contínuas transformações da sociedade como um todo. O gênero não está separado e guardado num armário próprio. Está, sim, embrenhado nas mutantes estruturas de poder e reviravoltas econômicas, no movimento das populações e na criação das cidades, na luta contra o *apartheid* e nos lapsos do neoliberalismo, nos efeitos institucionais das minas, prisões, exércitos e sistemas educacionais.

Isso leva a um terceiro ponto: tais processos são inerentemente coletivos. Não são facilmente compreendidos pelo individualismo metodológico, ou por um foco na consciência ou na identidade como aspectos do indivíduo. Mesmo os famosos "testemunhos" de indivíduos são importantes em grande medida porque documentam a experiência comum de grupos, como no caso das mulheres em povoados andinos de trabalhadores da mineração. Para além disso, esses processos são dinâmicos historicamente. O gênero não envolve um diálogo, exterior ao tempo, entre o biológico e o simbólico. Envolve um vasto processo formativo na história, ao mesmo tempo criativo e violento, no qual corpos e culturas estão igualmente em jogo e são constantemente transformados, às vezes até sua destruição.

Se isso se confirma em muitos casos, não é por haver uma única ordem de gênero no Sul. Muito certamente não há – seja antes ou após a colonização. De fato, o reconhecimento da diversidade de ordens de gênero é uma consequência importante dos argumentos das feministas do Sul em fóruns como as conferências da ONU sobre a mulher, da Cidade do México, em 1975, a Pequim em 1995. A crítica a um universalismo pouco explorado nas teorias do gênero que vêm do Norte tem sido um tema persistente nos estudos feministas africanos (Arnfred et al., 2004), argumentos que também se aplicam ao Sul global em geral. Tem sido cada vez mais aceito que há diferenças irredutíveis entre perspectivas feministas. Entretanto, também se argumenta que o diálogo entre essas partes seja possível (Bulbeck, 1998). São elementos cada vez mais visíveis da política de gênero não apenas esse diálogo, mas a cooperação política ativa atravessando fronteiras nacionais e concepções do feminismo em escala global (Naples e Desai, 2002). Chandra Talpade Mohanty (2003) resume de forma interessante essa ideia de um "feminismo sem fronteiras".

As análises de gênero feitas no Sul Global colocam, assim, a questão da diversidade e a multiplicidade das formas do gênero não na esfera individual (o sentido usual da interseccionalidade), mas na esfera da ordem de gênero e das dinâmicas das relações de gênero na sociedade como um todo.

PENSANDO O GÊNERO A PARTIR DO SUL: ALGUNS EXEMPLOS

O caráter coletivo da identidade é assunto de um artigo da analista cultural Sonia Montecino, chamado "Identidades e diversidades no Chile", publicado em 2001. Montecino é autora de um conhecido livro, *Madres y Huachos* (Mães e órfãos) (2007), que explora a reconfiguração colonial da cultura na América Latina e a ideologia do "marianismo" que partiu dali. Essa formação cultural constrói a identidade das mulheres sobre o modelo da mãe que se sacrifica, especialmente no caso de mães de meninos. No ensaio "Identidades e diversidades", que integra uma coletânea sobre cultura e desenvolvimento, Montecino defende que, numa sociedade influenciada por uma poderosa ideologia de homogeneidade, é difícil delinear diferenças. Contudo, as diferenças emergem em atos de resistência e reapropriação, e são, na verdade, múltiplas identidades femininas. O sujeito está em processo, ao invés de fixo. Montecino acompanha essas dinâmicas por meio de estatísticas econômicas, enquetes de comportamento e produtos culturais.

A incorporação do trabalho remunerado na vida das mulheres – ocorrido antes na classe trabalhadora do que nas camadas médias – rompe a ideologia do marianismo. A emergência das mulheres na esfera pública afia questões de subordinação, e a forma da política de gênero muda. Entre as mais privilegiadas, como boa parte do trabalho reprodutivo – trabalho doméstico e cuidados com crianças –, é repassado a mulheres da classe

trabalhadora. Um padrão antigo de trabalho feminino permite a modernização elitista das relações de gênero. Fissuras sociais se abrem na ideologia de gênero. Ainda assim, persiste uma imagem genérica das mulheres como mães.

Em uma perspectiva mais ampla, argumenta Montecino, as identidades de gênero na América Latina são formadas da mesma maneira que as identidades de classe, ou seja, inscritas em projetos de mudança social. É importante então olhar para as identidades coletivas sendo formadas em diferentes movimentos de mulheres. Essa também é uma história complexa. Os movimentos feministas, desde a luta pelo sufrágio, vêm enfatizando a igualdade e as diferenças de sexo. Movimentos de sobrevivência entre mulheres indígenas assumem a divisão existente de trabalho segundo o gênero, contestada pelos movimentos feministas. Movimentos de mães (que ficaram famosos durante ditaduras) lutam pela vida de seus filhos e por direitos humanos. Enquanto movimentos feministas lutam por mudanças nas identidades e para que mulheres acessem esferas de ação tomadas por homens, movimentos de mães utilizam a legitimidade cultural conferida a identidades mais antigas.

O ativismo das mulheres contra as ditaduras conduziu à adoção de algumas demandas feministas da parte de instituições políticas hegemônicas [*mainstream*]. Contudo, grupos políticos de direita recebiam legitimidade em sua oposição às mudanças na vida das mulheres porque elas levariam à imoralidade e à desintegração social. O efeito em cascata, na visão de Montecino, se deu quando mudanças concretas ocorreram na posição das mulheres: notavelmente mais acesso à educação, famílias menores e mais trabalho remunerado. Mas a esfera pública da política ainda é dominada por homens devido à crença de que as mulheres são domésticas. Uma "modernidade conservadora", ela sugere, está devidamente expressa no reino das identidades de gênero.

A distinção regional do gênero é marcadamente delineada nas análises das relações de gênero indianas presentes em *Gendering Caste: Through a Feminist Lens* (Generificando a casta: através de lentes feministas), de Uma Chakravarti (2003). A autora coloca o sistema indiano de castas como uma estrutura bem fundamentada de privilégio e exclusão que combina hierarquias de gênero, propriedade de terras e imóveis [*property ownership*], ideologia religiosa e identidade social de maneira única. A casta é um sistema hierárquico de grupos endogâmicos, que tem no casamento exclusivo sua instituição-chave. O controle da sexualidade das mulheres é, portanto, crucial para a manutenção das linhagens masculinas [*male*]. Uma ideologia de "pureza", focada nas mulheres, que também afeta os homens e fornece uma racionalização cultural. Mulheres de castas altas tornam-se cúmplices nesse sistema, uma vez que sua conformação às prescrições patriarcais é o que garante seu acesso ao privilégio.

A historiadora Chakravarti passa um bom tempo mostrando como essa ordem de gênero passou a existir ao longo de um largo período histórico e por meio de alguns passos definitivos. O sistema de castas era associado à consolidação de uma economia agrícola (os povos de florestas eram marginais a ele) e de uma estrutura estatal, racionalizada pelos intelectuais brâmanes. Uma ordem social flexível permitia alguma mobilidade entre castas e criava uma colagem de diferentes castas em diferentes partes do país. O colonialismo fez pouco para transformar o sistema de castas mais diretamente, uma vez que o regime imperial britânico trouxe as castas mais altas para o Estado colonial e lhes deu educação ocidental.

Nesse sentido a dinâmica é bem diferente do efeito desconstrutivo do poder global, sugerido por Laurie (2005), em relação à experiência sul-americana. Mesmo assim, o sistema de castas sempre foi questionado. Em seus estágios primordiais,

foi desafiado por ninguém menos do que o Buda. No final do período colonial, foi desafiado por Phule, Ambedkar e outros que falavam em nome dos "intocáveis". Mas permanece poderoso na Índia pós-colonial, reforçado tanto pela violência quanto pela ideologia – violência essa direcionada tanto aos homens de castas mais baixas quanto às mulheres de todas as castas que quebram suas regras.

O controle sobre a sexualidade também é tema do artigo *On the category "gender": a theoretical-methodological introduction* (Sobre a categoria "gênero": uma introdução teórico-metodológica), publicado na *Revista Interamericana de Sociologia* pela socióloga mexicana Teresita de Barbieri, em 1992. A abordagem metodológica, porém, é diferente. Esse artigo começa com os movimentos feministas e sua hipótese de que a subordinação das mulheres é uma questão de poder, não de natureza. Após revisar um bom número de pensadoras feministas da metrópole, de Barbieri estabelece uma linha de análise centrada no controle social do poder reprodutivo das mulheres e na afirmação dos direitos dos homens sobre seus filhos. Isso a compromete com uma visão relacional do gênero, embora seja uma visão relacional em que as capacidades biológicas estão em jogo – não é um ponto de vista sem corpo [*disembodied*] ou puramente discursivo. A socióloga enxerga a relação entre as figuras culturais da mãe e do macho [*male*] chefe de família como núcleo das relações de gênero nas sociedades latino-americanas.

No entanto, não apresenta uma visão binária do gênero. De fato, a autora enfatiza o significado do ciclo de vida familiar dando uma posição social diferente às mulheres na menopausa. Partindo do pensamento feminista negro brasileiro, ela explora a interação do gênero com a raça e a classe numa sociedade estratificada. Ela complica ainda mais o quadro da ordem de gênero ao sublinhar relações entre homens – uma

questão que estava apenas começando a entrar nas teorias anglófonas do gênero à época. Teresa de Barbieri também marca as relações entre mulheres que se encontram em diferentes posições de classe, como no caso das relações em torno do serviço doméstico. Enquanto reconhece a dicotomia da mãe *versus* a chefe de família, de Barbieri a ultrapassa para explorar a turbulência dos interesses sociais nascentes na ordem de gênero. Ela exemplifica com os casos de homens que apoiam o feminismo e de mulheres que apoiam o patriarcado.

Numa crítica explícita às simplificações das análises de gênero realizadas na metrópole, ela localiza as relações de gênero no contexto da crise das dívidas na América Latina, e o impacto da reestruturação global sobre as classes populares. O resultado é uma imagem sofisticada e estruturalmente complexa da ordem de gênero; no mínimo tão diversificada quanto – possivelmente até mais do que – o modelo intersecional que estava emergindo na metrópole na época em que esse artigo foi publicado.

Esses textos todos fazem usos substanciais, mas críticos, das teorias da metrópole global, e utilizam ideias e dados da periferia global. São amplamente, porém não dogmaticamente, materialistas. Têm uma forte sensibilidade para o jogo entre as relações de gênero e a classe, e uma boa noção das especificidades da Índia e da América Latina. Tratam a subjetividade dos autores no contexto da estrutura social e suas dinâmicas, e não apenas identidades construídas discursivamente.

Questões semelhantes aparecem nas discussões sobre "terceiros gêneros" ou grupos envolvidos em transição de gênero, que se tornaram quase uma moda nas teorias pós-estruturalistas do gênero no Norte Global. Há uma literatura do Norte que tende a mesclar todos esses grupos, incluindo as pessoas *hijira* na Índia, as pessoas *kathoey* na Tailândia e as travestis na América do Sul, numa única ampla categoria de

transgeneridade (ver Feinberg, 1996). Estudos com foco mais próximo nesses grupos, que os colocam contextualizadamente nas ordens de gênero locais, contestam essa percepção.

As pessoas *hijira*, por exemplo, surgiram numa sociedade de castas e têm características parecidas com as de uma casta, embora não tenham, claro, a capacidade de endogamia (Reddy, 2006). Elas têm um papel ritual na bênção dos casamentos, que é importante no sistema regular de castas. Sua história é muito diferente daquela das travestis na Argentina (Fernández, 2004), um grupo que tem se envolvido em várias lutas por espaço público e reconhecimento. As modificações corporais realizadas também são diferentes. Enquanto isso, as pessoas *kathoey*, uma variante bem estabelecida da masculinidade tailandesa, são associadas ao teatro e ao entretenimento (Jackson, 1997). Envolvimento em comércio sexual e um grau de abjeção na ordem de gênero são elementos comuns. Seria simplesmente enganoso igualar esses três grupos com os grupos transgênero ou transexuais da metrópole. Como trabalhos recentes mostram, questões relativas ao imperialismo podem ser incluídas em pesquisas sobre a transição de gênero – embora não no velho estilo da apropriação (Namaste, 2011).

GÊNERO, COLONIALISMO E NEOLIBERALISMO

As análises de gênero discutidas na seção anterior são exemplos do que eu chamaria de "teorias do Sul" em vez de conhecimento local ou endógeno [*indigenous*], pois estão preocupadas centralmente com a transformação da sociedade e do conhecimento no mundo colonizado e na ordem mundial criada pelo imperialismo. Considere, por exemplo, a discussão sobre gênero e terra feita por Marcia Langton (1997), uma intelectual aborígene proeminente na

Austrália, em seu artigo *Grandmother's law, company business and succession in changing Aboriginal land tenure systems* (A lei da avó, negócios empresariais e sucessão nos sistemas aborígenes de propriedade de terras). Na antropologia hegemônica [*mainstream*], a cultura aborígene australiana tem sido retratada como patrilinear a patriarcal, mas essa perspectiva vem principalmente de antropólogos homens, convencidos da inferioridade das mulheres. As mulheres cada vez mais demonstram que os seus direitos estavam inclusos nos sistemas pré-coloniais de propriedade de terras, embora, em geral, de uma forma distinta, ou em relação a terras distintas, daquilo que era previsto nos direitos dos homens.

Nas condições da conquista colonial violenta, e de extrema pressão sobre a maior parte das culturas aborígenes no mundo pós-colonial, essa ordem de terra e gênero foi fortemente perturbada. Mas os povos aborígenes lutaram com toda sua garra para sobreviver. Lagnton argumenta que as tradições e laços das mulheres com os locais físicos – "a lei da avó" – eram a maior fonte de resiliência e se provaram cruciais na manutenção da sociedade aborígene. Mulheres mais velhas se tornaram as chaves para a sobrevivência social. Na vida contemporânea aborígene, *Aunty* (titia) é um termo de grande respeito.

A ênfase de Langton sobre o direito de propriedade é importante. A terra é uma questão quase ausente das teorias do gênero oriundas do Norte (com exceção do ecofeminismo), e quase ausente das teorias sociais do Norte em geral. No entanto, é uma questão primária para compreender o colonialismo e o poder pós-colonial. Bina Agarwal (1994, 2003) fez mais do que qualquer outra autora para mostrar sua importância e para tornar a terra um tema significativo nos estudos de gênero.

O conceito de Quijano da colonialidade do poder se aplica explicitamente ao período posterior à descolonização formal assim como ao período anterior. Um exame da colonialidade

do gênero precisa, de maneira similar, atender às continuidades históricas no poder global entre a era colonial e o presente. No entanto, não podemos fazê-lo assumindo que as relações de poder sejam simplesmente as mesmas. É necessário considerar a colonialidade do gênero como ela ocorre na era das empresas transnacionais, da internet e da política global neoliberal.

Há hoje pesquisas empíricas consideráveis sobre esse jogo em espaços como as áreas de processamento de exportações do sul e do sudeste da Ásia, o milagre econômico do sul chinês, ou as indústrias de cosméticos [*maquiladora*] no norte do México. Os efeitos de gênero são mais do que econômicos. Isso fica claro quando refletimos sobre a conjunção tóxica do livre comércio, dominado pelos Estados Unidos com a migração de trabalhadores, o narcotráfico, a corrupção, a pobreza e as culturas masculinas de violência que produziram femicídios em Ciudad Juárez (Dominguez-Ruvalcaba e Corona, 2010). A agenda do mercado global e a desintegração dos sistemas de bem-estar baseados no Estado têm efeitos complexos mas importantes nas relações de gênero, como o declínio na viabilidade das famílias de dona de casa/provedor na classe trabalhadora, e a reconstrução de modelos culturais de maternidade para que incluam sustento econômico às famílias (Connell, 2009b).

Tem havido menos atenção nos estudos de gênero aos grupos privilegiados pelas relações de gênero nas instituições mais poderosas da economia global neoliberal e da ordem política. Entre as 500 maiores empresas transnacionais, em 2007, 2% tinham mulheres como executivas-chefe (CEOs); isso significa que em 98% os homens assumiam tal posição. Essa é uma arena institucional fortemente masculinizada; mas que tipo de masculinidade? Temos alguns conhecimentos iniciais sobre isso, em estudos sobre as relações de gênero entre quadros gerenciais de empresas transnacionais e negócios locais

envolvidos na economia internacional (Olavarría, 2009), e em estudos mais gerais como o *Ruling Class Men* (Homens da classe dominante), de Donaldson e Poynting (2007). Há estudos sobre a construção pública da masculinidade na política neoliberal, como o trabalho de Messerschmidt (2010) sobre as presidências de Bush e o ataque estadunidense ao Iraque. Há muito a ser feito para preenchermos o quadro empírico, ligando esses estudos à teoria, e ligando as teorizações do gênero à compreensão contemporânea do neoliberalismo e do Estado de segurança moderno.

Para tais tarefas é importante perceber que o neoliberalismo em escala mundial não é uma questão de privatização ou pacotes de não regulamentação nas economias do Norte Global descendo rumo ao Sul Global. O neoliberalismo se instaurou primeiro no Sul, sob a ditadura de Pinochet, no Chile, os programas de ajustes estruturais e a reconfiguração das finanças mundiais foram contemporâneos a, e não mais tardios do que os regimes neoliberais de Thatcher e Reagan. O neoliberalismo visto do Sul sempre foi sobre comércio global e estratégias de desenvolvimento orientadas ao mercado, tanto quanto sobre privatização e não regulamentação (Dados e Connell, 2011).

A mudança para estratégias de desenvolvimento orientadas ao comércio guarda relações complexas com as ordens de gênero locais. Ao arrastar novos grupos de mulheres trabalhadoras para indústrias de exportação, tal mudança criou algumas oportunidades para a autonomia econômica das mulheres, ou pelo menos para que se distanciassem um pouco das normas do provedor e da dona de casa, criando também pressão para mudança nas masculinidades. O investimento público na educação das mulheres, como estratégia para a criação de uma força de trabalho mais competitiva em mercados mundiais, abriu caminhos para a educação superior e ocupações

profissionais para mulheres de classe média, embora ainda não tanto quanto para os homens de classe média. Ainda assim, a sustentação baseada na renda vinda dos mercados, em vez de na redistribuição por meio do Estado, em geral, favorece os homens. O gerenciamento empresarial transnacional, como já apontado, é um mundo fortemente masculinizado em que a riqueza e o poder se acumulam numa escala sem precedentes nas mãos, sobretudo, de homens.

Ainda estamos num estágio inicial de compreensão dessas dinâmicas. Também estamos num estágio inicial de reconstrução das teorias do gênero a partir de uma perspectiva do Sul. Penso que as duas tarefas estejam conectadas, porque apenas uma teoria do gênero que incorpore sistematicamente a experiência e o pensamento do mundo da maioria [*majority world*] será poderosa o suficiente para compreender as dinâmicas do gênero em escala global. Penso também que tal trabalho seja de importância vital, uma vez que o fazer e desfazer das relações de gênero ao redor do planeta é parte significativa das questões mais urgentes de nosso tempo.

2

OS **CORPOS** DO **SUL** E AS **DEFICIÊNCIAS**

> Nenhum homem é uma ilha, inteiramente isolado; todo homem é um pedaço de um continente, uma parte de algo maior. (...) A morte de qualquer homem me diminui, porque sou parte da raça humana [*mankind*]. Portanto nunca queira saber por quem os sinos dobram; eles dobram por vós.[10]

Assim escreveu o grande poeta inglês John Donne. Como padre, Donne estava primeiramente preocupado com a alma de seus leitores. Mas suas palavras também se aplicam a seus corpos, e aos nossos. Somos seres corporificados, "parte de algo maior", profundamente envolvidos num todo.

Neste capítulo eu exploro a mundialidade desse envolvimento como um todo, começando pelos conceitos fundamentais sobre essa corporificação, e o lugar da ciência na sociedade global. Então,

10 O trecho pode ser encontrado em português na seguinte edição: DONNE, John. *Meditações*. São Paulo, Landmark, 2007. O texto que abre este capítulo é uma tradução direta da citação que a autora faz da obra original de John Donne, a seguir: "*No man is an Island, entire of itself; every man is a piece of the Continent, a part of the main... Any man's death diminishes me, because I am involved in Mankind. And therefore never send to know for whom the bell tolls; it tolls for thee*".